

# Os fundamentos educacionais da Revista Criteria – 1964 a 1968

Sandino Hoff\*

## Resumo

Neste estudo analisam-se os textos elaborados pelos conselheiros do Conselho Estadual de Educação, entre 1965, data da criação do CEE, publicados na revista *Criteria*, números 3 a 8, de 1964 a 1968. Os artigos dos conselheiros constataram fraco ensino no estado do Paraná; buscaram a causa do baixo rendimento; examinaram regimentos e estatutos dos estabelecimentos de ensino, oficiais e particulares; e elaboraram subsídios à educação, textos teóricos sobre o ensino e relatos de experiências. O objeto de investigação são os seis volumes da Revista que completam doze artigos. Na metodologia utilizou-se a análise temática feita nos textos. Foram analisados os temas que se atêm rigorosamente à educação e os que integram a educação no quadro de desenvolvimento socioeconômico e na visão da educação como investimento. Os conselheiros operacionalizaram o atraso da educação escolar diante do progresso industrial, tanto em termos de preparar este desenvolvimento quanto para a ocupação futura dos empregos oferecidos pela indústria, a partir de alguns indicadores: a ausência de professores qualificados; a criação indiscriminada de novas faculdades, sem critérios mínimos de um ensino qualificado; o exame de suficiência, um verdadeiro fabricante de professores do ensino médio; a baixa remuneração docente. Os artigos da *Criteria* refletem o âmbito educacional do Paraná, as reformas educacionais e a intervenção do governo no fraco desempenho escolar, constatado por pesquisas quantitativas. A idéia central refere-se à boa escola, adequada a uma boa sociedade industrial, a desempenhar o papel de criação da riqueza social e da preparação aos empregos modernos da indústria.

Palavras-chave: Políticas públicas. Organização do trabalho pedagógico. Conselho Estadual da Educação do Paraná. Educação e desenvolvimento.

---

\* Pós-doutor em Educação pela Unicamp; Doutor em Filosofia e História da Educação pela PUC-SP; Mestre em Educação pela Ufscar; Rua Getúlio Vargas, n. 2125, Bairro Flor da Serra; CEP 89600-000; Joaçaba, SC; sandino.hoff@unoesc.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo analisa os textos elaborados pelos conselheiros do Conselho Estadual de Educação, entre 1964, data da criação do CEE e da revista *Criteria*, e 1968, e os procura entender, inseridos em sua época. Os artigos dos conselheiros foram publicados nos números 3 a 8 da *Criteria* e examinaram assuntos diversos, em busca de subsídios para o que consideram os novos tempos do Paraná e a adequação da educação à época do desenvolvimento industrial.

Os seis números da *Criteria* investigados apresentam orientações práticas para a educação paranaense, textos teóricos sobre o ensino e relatos de experiências. O objeto de investigação são os seis volumes da revista que completam doze artigos. Na metodologia, utilizou-se a análise temática dos escritos dos conselheiros, sistematizando-os em dois aspectos: os que se atêm rigorosamente ao tema da educação e os que integram a educação no quadro de desenvolvimento industrial e a consideram como investimento. Os conselheiros operacionalizaram o “atraso da educação escolar” diante do “progresso industrial”, tanto em termos de preparo para o desenvolvimento, quanto de ocupação dos futuros empregos oferecidos pela indústria. Os escritos justificam-se por alguns indicadores: a ausência de professores qualificados; a criação indiscriminada de novas faculdades, sem critérios mínimos de um ensino qualificado; o exame de suficiência, um verdadeiro fabricante de professores do ensino médio; a baixa remuneração docente. Mas, especificamente, refletem o âmbito educacional do Paraná, as reformas educacionais e a intervenção do governo no fraco desempenho escolar, constatado por pesquisas quantitativas.

Os textos da *Criteria* constituem parte de um conjunto de medidas educacionais tomadas pelo governo paranaense, entre 1964 e 1968. Em vista do fraco desempenho da escola e do desenvolvimento industrial que estava ocorrendo, o governo e os conselheiros do CE intervieram firmemente no cenário educacional paranaense com políticas, orientações e normas, atendendo, também, o Plano Nacional da Educação (1962 e 1965); os compromissos internacionais (1956, 1961, 1962, 1963); o Sistema Estadual de Ensino (1964); o Fundo Estadual de Ensino (1962) e a Fundepar (1962). As atividades diversas do Conselho Estadual de Educação (1964) constam na revista *Criteria* (1965), órgão

oficial do CEE e refletem as intervenções educacionais do governo Ney Braga; estas trazem sua justificativa principal: o atraso educacional ante ao progresso industrial.

## 2 AS MEDIDAS GOVERNAMENTAIS – 1964 A 1968

O Conselho Estadual de Educação do Paraná foi criado em dezembro de 1964 e sua instalação ocorreu em fevereiro de 1965. Os jornais deram destaque ao evento e ao planejamento da política educacional feito pela Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e ligaram a criação do Conselho ao Censo Escolar, realizado em todo o país, cujos resultados baixos proporcionaram a intervenção governamental, mediante o Plano Nacional, elaborado pelo Conselho Federal de Educação.

O Plano estabeleceu as metas para a educação brasileira, atendendo aos compromissos internacionais assumidos. Estipulou cumprir até 1970: educação universal (7 a 11 anos); 70% das crianças de 12 a 14 anos de idade matriculadas nas séries do primário; matrícula de 30% da população de 11 a 14 anos nas duas primeiras séries ginasiais e de 50% da população escolar de 13 a 15 anos nas duas últimas séries do ciclo ginasial, bem como, matrícula de 30% da população escolar de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial; por fim, expansão da matrícula no ensino superior, alcançando a metade dos alunos que terminavam o ciclo colegial. Em relação às metas qualitativas, o Plano previu a formação de professores primários diplomados. Esse compromisso é assumido pelo CEE (WESTPHALEN, 1966a, p. 16).

O governo paranaense apresentou a justificativa básica de sua ação educacional, qual seja, a constatação de que as escolas e as salas de aula produziam baixo rendimento. Ney Braga encarregou a SEC para elaborar diretrizes educacionais e criou o Conselho Estadual de Educação, atribuindo-lhe funções competentes. Pela Lei n. 4.599, de 2 de julho de 1962, instituiu o Fundo Estadual de Ensino, bem como a Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar), para a sua gerência. Na sua entrevista coletiva aos jornais, afirmou: “Ao CEE caberá complementar a legislação do ensino que acabei de dar à educação paranaense.” (BRAGA, 1965, p. 1). A conselheira Cecília Maria Westphalen considera que o CEE realizou uma ação revolucionária, principalmente, no item qualifica-

ção do magistério, transformando “[...] estruturas arcaicas, capacitando o povo brasileiro a acompanhar a marcha rápida da civilização contemporânea.” (WESTPHALEN, 1967a, p. 2). Com esse novo espírito,

Sob a coordenação do Professor Jucundino da Silva Furtado, foi debatido com os assessores, entre os quais me incluía, primeiro como Presidente da Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (Meca), e depois como membro do Conselho Diretor da Fundepar, e elaborado o ante-projeto de Lei que instituiu o Sistema Estadual de Ensino, a ser encaminhado à Assembléia Legislativa Estadual. (WESTPHALEN, 2005, p. 2).

Com a nomeação do Secretário Jucundino Furtado para a Secretaria Geral do MEC, em 1964, “[...] a discussão foi prosseguida pelo novo Secretário, Professor Véspero Mendes, já agora, sob pressão do Ministério, uma vez que o Paraná era um dos últimos Estados que ainda, em fins de 1964, não possuía seu Sistema Estadual de Ensino.” (WESTPHALEN, 2005, p. 2).

A convocação de uma reunião conjunta do Conselho Federal de Educação com os Conselhos Estaduais, para o início de dezembro de 1964, fez acelerar a tramitação do projeto apresentado pelo Governo, aprovada a Lei n. 4.978, de 5 de dezembro de 1964, que instituiu o Sistema Estadual de Ensino. Dessa mesma data é o Decreto n. 16.589, que nomeava os membros do Conselho Estadual de Educação.

Eu, particularmente, mesmo antes do Diário Oficial editar estas medidas, fui chamada pelo Governador Ney Braga, para representar o Paraná na Reunião de Belo Horizonte, como integrante do Conselho Estadual de Educação. Este foi instalado em fevereiro de 1965, quando elaboramos o seu Regimento Interno, do qual fui Relatora. Aprovado por Decreto Governamental, a partir de março de 1965, o Conselho teve funcionamento regular. (WESTPHALEN, 2005, p. 2).

A revista *Criteria* foi imediatamente criada para dar publicação aos atos oficiais do CEE: “Instalado o CEE, tudo estava por estruturar e dinamizar a partir da nova legislação de ensino. [...] Os Conselheiros escreviam artigos doutrinários ou relatos de experiências pedagógicas, a fim de contextualizar suas posições.” (WESTPHALEN, 2005, p. 3).

### 3 OS ARTIGOS PUBLICADOS PELOS CONSELHEIROS NA CRITERIA

As publicações dos primeiros oito volumes da *Criteria* contêm temas que foram divididos em duas partes: artigos que se atêm rigorosamente ao assunto da educação escolar; e artigos que relacionam a educação aos grandes temas do desenvolvimento latino-americano e nacional. Estes estão fundados na história e na Sociologia, pois, a autora principal foi a conselheira Cecília Maria Westphalen, cuja formação intelectual manifesta-se na atuação no Conselho Estadual de Educação (CEE), como um *corpus* teórico, extraído da História Nova, acrescido pela Sociologia. Aqueles se fundam na reflexão humana e em algumas posições da pedagogia nova e se atêm ao tema educação escolar, sem relacioná-lo ao contexto socioeconômico, com a propriedade de que foram escritos durante o governo de Paulo Pimentel.

#### 3.1 OS ESCRITOS DOS CONSELHEIROS DO PRIMEIRO GRUPO

Os artigos do primeiro grupo anunciam uma nova época na educação paranaense. Nessa posição renovada, confirmam a educação escolar e as políticas públicas de tempos anteriores como “tradicionais”, próprias da época “tradicional” da sociedade. Assim, o conselheiro Osvaldo Arns (1967b, p. 9) propõe, por meio dos regimentos escolares, “[...] quebrar os vínculos do tradicionalismo fossilizado, abrindo nos regimentos novas diretrizes.” Seu artigo “A Disciplina”, publicado na *Criteria* 6, 1967b, afirma a realização humana dos alunos que têm interesse na “desejada educação”. Utiliza o pensamento, extraído dos psicólogos Segadas Marcos e Lindhal.

O conselheiro Véspero Mendes, na *Criteria* 7 (1968a), por ocasião do exame das propostas de regimentos apresentados ao CEE do Paraná, escreve sobre o aspecto administrativo na elaboração desses regimentos escolares, cuidando em determinar os objetivos que devem ser alcançados pela escola, cuidando que a inovação escolar tenha o formato técnico e administração científica. O conselheiro Osvaldo Arns, no mesmo volume, apresenta o artigo “Atividades Escolares Especiais”, reclamando da ausência de atividades especiais nos regimentos.

Na Criteria 8 (1968b), a conselheira Sarah Sartori elaborou “A Metodologia nos Regimentos”, baseado nos princípios humanísticos de Furter, Allport, Erasmo Piloto, Pestalozzi, Claparède, Mistral, Montessori e Anísio Teixeira. Estabelece o objetivo primordial da escola: “[...] a libertação interior do Homem.” (SARTORI, 1968b, p. 1). O segundo artigo do número 8 é de autoria da conselheira Alda Aracy Moeller (1968), inspirado nas propostas de regimentos escolares. A seguir, Eny Caldeira escreve sobre a filosofia e a validação dos objetivos educacionais nos regimentos escolares de nível médio. Trata dos valores humanos na educação que devem ser adquiridos pela reflexão.

### 3.2 OS ESCRITOS QUE INTEGRAM A EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Criteria 4, 1966b traz o artigo “Estatística, Planejamento e Política Educacional” da conselheira Zélia Milléo Pavão. A autora (1966b, p. 53) refere-se às recomendações da Segunda Reunião Interamericana de Ministros de Educação, realizada em Lima (1956), que declara a necessidade do planejamento integral da educação na América Latina. Refere-se, ainda, à Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, realizada no Chile, em 1962, que estabeleceu um enquadramento entre o sistema educativo e o desenvolvimento de cada país, com a finalidade de “integrar a educação no processo de desenvolvimento socioeconômico.” A autora propõe o planejamento e a implantação de uma política educacional, efetivados mediante a utilização da estatística educacional, especificamente mediante um levantamento (*survey*), como tipo apropriado de investigação, “[...] largamente utilizado nas ciências sociais.” (PAVÃO, 1966b, p. 54).

O artigo “Compromissos Internacionais do Brasil no Campo da Educação”, na Criteria 3, da conselheira Westphalen (1966a, p. 1-17) foi publicado em 1966, mas, originalmente, foi escrito para uma aula proferida em setembro de 1965 no Cades, em Curitiba. Aborda a educação latino-americana e brasileira e considera os países Argentina, Uruguai e Chile, como países de “estrutura social evoluída”. Países de “nível intermediário de evolução social” são México, Colômbia, Venezuela e Brasil. Os demais países caracterizam-se,

conforme a conselheira, como países de “[...] estrutura social arcaica dominante.” (WESTPHALEN, 1966a, p. 2-3). Para compor o indicador dos três níveis, ela se baseou na taxa de natalidade, de analfabetismo, na população ativa na agricultura e na renda anual média *per capita*. O resultado da mensuração foi buscada em Gilles Demain Gozard. A problemática educacional aparece condicionada a “[...] uma ordem econômico-social” (WESTPHALEN, 1966a, p. 5), além de fatores como índice de natalidade, extensão territorial, ausência de planejamentos e outros. A busca de soluções latino-americanas foi levantada pela conselheira nos princípios dos seguintes congressos: Reunião Interamericana de Ministros da Educação no Panamá (1963); Reunião de Bogotá (1963); Conferência de Lima (1956); Reunião de Punta del Este (1961); e Conferência de Santiago do Chile (1962). O Brasil participou de todos esses encontros.

O texto publicado por Westphalen, em Criterias 4, (1966b), durante o governo de Paulo Pimentel (apoiado por Ney Braga), ressalta a criação do Fundo Estadual de Ensino e da Fundepar, obra do governador Ney Braga, “[...] uma administração dinâmica e renovada.” O primeiro foi destinado a atender a “[...] investimentos e despesas de custeio, relativos ao ensino primário, médio e superior”; a Fundepar compunha a “dotação global” dos recursos educacionais, em um total de “[...] 3% da arrecadação do imposto de vendas e consignações e transações.” (WESTPHALEN, 1966b, p. 23-24). Segue um balanço das atividades da entidade, terminando o artigo com a enumeração de pontos positivos alcançados pela entidade.

O trabalho “Valorização Profissional do Magistério” é uma tese apresentada no VIII Congresso Nacional dos professores, realizados em Cuiabá, em 1964, cuja publicação ocorreu em 1967 na Criterias 6. Tem por tema a profissionalização dos professores brasileiros. A conselheira Westphalen (1967a, p. 2) inicia dizendo que a nova sociedade brasileira “[...] fundada no progresso científico e na técnica industrial” –, dependente da “revolução tecnológica e esta, da revolução educacional.” Westphalen (1967a, p. 2) afirma que o tipo de homem a formar é a categoria de “sábios e técnicos”. O sábio e seus colaboradores (engenheiros e professores) “[...] tornam-se o tipo do homem essencial e exigem a qualificação dos professores, descartando-se, o mais breve possível, o magistério leigo e improvisado.” A expansão da rede escolar é outra exigência reclamada

pela sociedade industrial. A autora recorre à estatística e revela que, no magistério municipal do estado do Paraná, o professorado sem qualificação atinge 70% no ensino primário e, no total do magistério estadual, oficial e particular, atinge 43%. (WESTPHALEN, 1967a, p. 4). Os instrumentos de qualificação propostos pela autora são: a legislação vigente (LDBEN, art. 116-117), escolas normais e institutos de educação.

Na Criterias 6, 1967, aparece o artigo “O Professor no Regimento da Escola Média.” (WESTPHALEN, 1967b, p. 10) Utiliza, fundamentalmente, Bertier e desenvolve o tema a partir das “[...] mudanças estruturais da sociedade contemporânea [...] a revolução tecnológica.” Explica (1967b, p. 11) as “[...] duas transformações acarretadas pela revolução tecnológica [...], quais sejam, a mudança social e o primado da inteligência.” O professor deve estar presente no Regimento, afirma a autora, “[...] como agente dinamizador do progresso [...]. Exigir-se-á qualificação profissional específica” e conclui pela importância do professor no regimento da escola: “É o agente do progresso e o formador de homens para o gozo do progresso.” (WESTPHALEN, 1967b, p. 16).

#### 4 O CENÁRIO PARANAENSE NA DÉCADA DE 1960

Este item será desenvolvido de forma sucinta, com a indicação, sem maiores aprofundamentos, do desenvolvimento socioeconômico e político do Paraná. Dessa forma, Moisés Lupion, representante dos interesses latifundiários, assumiu o poder em 1947, com o apoio de quase todos os partidos existentes. No período de seu governo, entrou em cena uma nova fração de proprietários de terras que cultivavam o café no norte do Paraná. Eles se consolidavam como produtores e exportadores e como força política emergente.

A Lupion sucedeu Bento Munhoz da Rocha (1951-1955), vinculado aos grupos da industrialização do mate. Na eleição seguinte, retornou Lupion ao governo, levando ao poder a sua classe tradicional.

À eleição de 1960 concorreram candidatos das três principais frações da classe dominante: os tradicionais proprietários de terras, as frações da burguesia industrial e comercial e os produtores do café. Souza Naves, candidato do PTB e da burguesia industrial, associara-se no norte do Estado aos pro-

dutores do café; em Curitiba, aos trabalhadores e aos ferroviários; no Oeste e no Sudoeste, aos pequenos produtores familiares, imigrantes do sul do país, com tradição trabalhista e com a amarga experiência do conflito camponês de terras griladas na região Sudoeste. A morte do candidato do PTB trouxe novas aglutinações políticas. Os produtores do café haviam rompido com a candidatura Lott em âmbito federal e a maior parte deles não seguiu Nélson Maculan, o candidato que substituiu o falecido Souza Naves. Jânio Quadros, que havia sido eleito deputado federal pelo PTB do Paraná, recebeu o apoio dos cafeicultores. Nesse momento, entrou o candidato Ney Amintas Braga ao governo paranaense: “Jânio apóia Ney e Ney apóia Jânio!”, dizia o *slogan* da campanha.

Ney Braga assumiu um discurso moderno e progressista; recebeu a adesão dos cafeicultores, depois que Munhoz da Rocha passou a patrocinar a candidatura de Maculan. Ney Braga já tinha o apoio das frações de classe industrial do mate e da madeira e uma estreita vinculação com as frações burguesas das atividades urbanas em geral.

Para o pleito estadual, a classe dos proprietários tradicionais de terras se organizou em torno da candidatura de Plínio Franco Ferreira da Costa (PSD), apoiado pela máquina estatal de Lupion. Essa vinculação trouxe enormes dificuldades à sua candidatura, uma vez que o governador estava ligado ao conflito provocado pela Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (Citla) nas glebas litigiosas na região Sudoeste. O conflito envolveu o movimento dos colonos da região.<sup>1</sup>

Vitorioso, Ney Braga afirma que o Paraná ainda não está desenvolvido, mas passível de o ser, se a população for educada.

O cenário educacional da época foi reconstituído por Machado (1983, p. 145) que escreve sobre a política do governo Ney Braga: “Educada, a população se transformaria no ponto de partida do desenvolvimento econômico e social. [...] E a educação seria uma de suas condições.” O Golpe de Estado, por parte dos militares em 1964, encontrou Ney Braga no poder. O governante paranaense havia feito, em 1962, um pacto de governabilidade com Jango Goulart. No início de 1965, manifesta-se em forma de mensagem na época que os jornais informavam eventuais cassações de mandatos de governadores de Estado:

Surpreendemos as democracias do mundo no momento em que elas já pareciam ver o gigante da América Latina perdido para a causa democrática e para os ideais cristãos, a girar como um teleguiado na órbita de um mundo antagônico comandado pelos ódios ideológicos e pelo terrorismo político de ditaduras vermelhas. [...] O Paraná perfilou-se na primeira linha da resistência nacional quando foi verificado que a Revolução democrática estava à vista e se fazia necessária e urgente para evitar a comunicação do país. (BRAGA, 1965, p. 3).

Após a adesão total de seu governo ao regime militar, Ney Braga tornou-se, por duas vezes, ministro do Governo e foi indicado para governador “biônico” e para presidente da Itaipu Nacional. A partir dessa adesão, todos os discursos e todas as mensagens concluíam com as frases “dentro da lei” e “dentro da ordem”. O governador, no entanto, permaneceu com seu discurso nacional-desenvolvimentista e com atendimento “[...] democrático às reivindicações” e à “[...] participação do povo, dentro da ordem.” No seu primeiro governo, Ney Braga construiu 1.290 salas de aula em atendimento a 243 municípios, como resposta aos resultados do censo escolar. A conselheira Westphalen (2005, p. 3) resume a atuação do governo: “A administração estadual do governador Ney Braga esteve voltada para a modernização do Estado.”

A ideologia do nacional-desenvolvimentismo, característica do governo Ney Braga, é substituída pelo governador seguinte, Paulo Pimentel, mediante a doutrina da interdependência. Em termos educacionais, a doutrina conclui que o ensino é uma conquista técnica e não política. Tratava-se do “[...] processo de desmobilização dos estudantes e intelectuais.” (SAVIANI, 1987, p. 148). Nesse sentido, Véspero Mendes, o secretário da educação do governo Pimentel, apresentava-se como “técnico” e determinou que os regimentos escolares fossem subordinados à “organização administrativa do Estado.” Os regimentos deviam seguir a LDBEN que

[...] estabeleceu objetivos gerais e comuns da educação a serem alcançados em todo o território pátrio. O Sistema Estadual de Ensino introduziu objetivos particulares, desejáveis para a formação sócio-cultural do Paraná. O processo agora deve completar-se pela apuração complementar de objetivos peculiares a cada escola. (MENDES, 1968, p. 3).

Enquanto o governador Ney Braga queria a população educada para que houvesse desenvolvimento, Pimentel incorporou, no Paraná, a nova força política do país. Escreve Machado (1983, p. 147): “Nas Mensagens do governador prevalecia a representação de uma sociedade desenvolvida e de uma educação a se adequar ao desenvolvimento.”

A ala Ney Braga logo se colocou na oposição a Pimentel. Depois de seu governo, Pimentel não obteve mais as benesses do governo militar. No entanto, os secretários da educação de Pimentel justificavam o atendimento ou a recusa à população e aos políticos com argumentos puramente técnicos. Pimentel aprovou o Estatuto do Magistério em 1969 e criou as Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá.

## 5 A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

As conexões entre educação, o estado da economia e a estrutura social, especialmente na sociedade industrial, foram especificadas pelas conselheiras Cecília Maria Westphalen em quatro artigos, e Zélia Milléo Pavão em um artigo. Foi um tema muito discutido na década de 1960, na América Latina.

O exame dos textos dos conselheiros resultou em um resumo geral, assim descrito: a sociedade brasileira estava em mudança e ingressando no limiar da sociedade industrial. Os conselheiros constataram essa realidade, dataram a sua gênese a partir de 1930 e consideraram que a implantação da sociedade industrial moderna, em oposição à antiga sociedade agrária tradicional, dependia da revolução tecnológica e se definia pelo caráter revolucionário da nova sociedade nacional. Em complementação, a sociedade agrária tradicional foi considerada “atrasada” e “conservadora”. As metas do desenvolvimento do Paraná estavam voltadas à educação escolar, esta entendida como “[...] aplicação produtiva de capital, portanto, investimento.” Dessa forma, não há “[...] sociedade evoluída de tipo nacional, sem que sejam alcançadas tais metas.” (WESTPHALEN, 1966a, p. 17).

Echevarria (1962, p. 55-65), apresentou o tema na Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, em Santiago do Chile, em março de 1962. A Conferência foi promovida pela OEA, Unesco,

Cepal, OIT e FAO. Também Westphalen citou e resumiu os resultados Conferência na Critería 3, p. 12.

Echevarria (1974, p. 19) escreve:

A presença da técnica moderna, e com ela a dos suportes científicos em que se apóia, manifesta-se hoje em todos os lugares e em todas as expressões da atividade humana. Deixando, porém, de lado certas repercussões gerais dessa tecnificação e do caráter “paracientífico” ou “pré-científico” que a mesma assume [...] é naturalmente mais intensa em todas as etapas do moderno processo produtivo.

Os países em desenvolvimento, como alguns países latino-americanos, têm “[...] sistemas escolares centenários, tradicionais, não adequados ao desenvolvimento.” (ECHEVARRIA, 1974, p. 20). O autor divide o tema em dois aspectos, sendo o primeiro a educação como fator de desenvolvimento:

Atualmente aparece como formulação comum a de que a educação constitui um investimento. Esta frase traduz claramente uma inflexão da consciência histórica, pois significa afirmar, de forma mais ou menos clara e precisa, que a educação possui o mesmo caráter – nem mais nem menos – das inversões de outro tipo, ou seja, as econômicas propriamente ditas.

O autor refere-se a Schultz quando define a educação como investimento: a educação como fator de desenvolvimento econômico consiste em pôr em estreita relação a análise das necessidades educacionais com as necessidades do quadro ocupacional. A educação como investimento é, então, uma faceta importante da educação como fator de desenvolvimento.

O segundo aspecto, estudado por Echevarria, (1974, p. 22) é a educação como mecanismo de transformação social que atribui à educação o instrumento de seleção e de ascensão social da população escolar. A educação filtraria e decantaria os talentos de uma sociedade, para situá-los nos empregos. Para isso, é importante a capacidade intelectual ou, como afirma Westphalen, o primado da inteligência. Os sistemas escolares são erigidos em instrumentos de seleção. Isso exige uma escola nova e um novo educador.

A educação como mecanismo de transformação social desempenha a tarefa que consiste em que a educação deve servir de estímulo à invenção, às aptidões e à adaptação tecnológica. Desse modo, a educação facilita as adaptações técnicas para o avanço técnico e, por isso, necessita servir-se de técnicas próprias. A nova sociedade industrial determina mudanças nos ideais do magistério ante a “sociedade do futuro”. A seleção do professorado deve dirigir-se à “sociologia do educador” que acompanha a “sociologia da transformação social.” A seleção “[...] segue a fase que atravessa o desenvolvimento de uma sociedade.” (ECHEVARRIA, 1974, p. 26). Nessa perspectiva, Westphalen assenta os três níveis de desenvolvimento da América Latina. A persistência das tarefas tradicionais da educação deve ser quebrada e instituída a “[...] questão do *status* ou posição social: retribuição econômica, prestígio, reconhecimento coletivo do professorado.” (ECHEVARRIA, 1974, p. 21).

Das idéias expostas pelo autor, cujo teor também está em Westphalen, destacam-se:

- a) as idéias tradicionais, próprias de sociedades tradicionais, devem ser extintas;
- b) a educação é investimento e é fator de desenvolvimento econômico;
- c) a educação forma o quadro da mão-de-obra qualificada para as indústrias;
- d) a educação é um meio de seleção de talentos e de ascensão social;
- e) a educação forma a capacidade intelectual dos indivíduos, o primado da inteligência no progresso das indústrias;
- f) os novos educadores devem ser técnicos, engenheiros do ensino.

Exigem-se uma nova escola e novos professores qualificados para a “sociedade do futuro”, a sociedade industrial.

A sociedade industrial é a boa sociedade que permite a ascensão social dos indivíduos, esclarece Westphalen. A presença da sociedade tradicional e da educação tradicional impede o progresso do país, afirma ela. A educação como investimento está presente no discurso do governador Ney Braga, dirigida para o desenvolvimento socioeconômico. No discurso do governador seguinte, Paulo Pimentel, as indústrias desenvolvidas estão necessitando de mão-de-obra qualificada e a educação está “atrasada” diante do progresso industrial. Para Westpha-

len, a educação revela os talentos e coloca a questão do primado da inteligência em primeira posição, ou a revolução educacional prepara a revolução da sociedade industrial.

Um novo sábio deve ser formado pela educação. Não mais aquele que se para a escola dos problemas práticos da vida, mas o tecnólogo, o técnico, o engenheiro, que impõe a estrutura ocupacional e as demandas seletivas da sociedade industrial.

Por isso, fizeram-se presentes na Conferência o Cepal e a OIT, escreve Echevarria (1974, p. 29): “A relação entre os técnicos – educadores, economistas e sociólogos [...]” deverá ultrapassar a “[...] tensão entre as lentidões inevitáveis da exploração científica e a urgência que, em algum momento inexorável, possa impor a ação política.” Mendes (1968, p. 4-5) deixa claro que a questão educacional é uma questão técnica e não política. Ele trata da necessidade de se terem “normas de operação, [...] discriminação minuciosa das tarefas rotineiras [...], observância de documentos normativos e de instruções.”

Os conselheiros da primeira gestão divulgaram suas idéias educacionais e apresentam uma riqueza de argumentos em favor de uma educação escolar adequada à sociedade industrial. O capital para o desenvolvimento não está fundado “na terra e no ouro”, mas “no primado da inteligência”, no saber e no *known-how*. A conselheira Westphalen, (1967a, p. 2) indiscutivelmente a maior porta-voz da primeira gestão do CEE, escreveu:

A implantação da sociedade industrial depende [...] em grande parte dos sistemas educacionais que for capaz de instituir e dos mecanismos que saberá montar para a legítima seleção de sábios e técnicos necessários ao progresso.

A educação como desenvolvimento tem sua referência no nacionalismo desenvolvimentista “que se vinha difundindo no Brasil e, a partir de 1959, já prenunciava a hegemonia, embora efêmera, de que iria desfrutar junto ao aparelho governamental nos anos iniciais da década de 60.” (SAVIANI, 1987, p. 54). O autor ratifica o seu argumento vinte anos depois:

O clima do nacionalismo desenvolvimentista irradiou-se por toda a sociedade brasileira ao longo da década de 1950 e nos

primeiros anos da década seguinte, penetrando, portanto, também na educação. (SAVIANI, 2007, p. 311).

Conforme a conselheira, o professor é o que promove o desenvolvimento do país, porque a sociedade industrial depende da tecnologia e esta da revolução educacional. (WESTPHALEN, 1967a, p. 2). Esse posicionamento ante a educação foi reafirmado em entrevista:

Sem educação, não teremos ciência, sem esta não teremos tecnologia e sem tecnologia não poderemos alcançar a chamada sociedade industrial, a do primeiro mundo. Eu pensava assim e minha geração pensava assim. Era a nossa posição teórico-prática, com vistas a arrancar o Brasil do seu atraso e da sua marginalidade. Na década de 60, nós, o Governo do Paraná, procurou realizar isto. (WESTPHALEN, 2005, p. 3).

Ao longo da década de 1950, a industrialização era a meta comum a empresários, políticos, trabalhadores intelectuais e estudantes. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)<sup>2</sup> estava composto por um grupo bastante heterogêneo de intelectuais, mas tinha em comum o fato de ser a inteligência a serviço do desenvolvimento brasileiro. Em sintonia com o nacional desenvolvimentismo do Iseb, estava o pensamento de Anísio Teixeira que, produzindo “[...] à margem do ISEB, incorporou, sem dúvida, preocupações semelhantes.” (SAVIANI, 2007, p. 311).

No início de 1960, as forças sociais de esquerda exigiam a nacionalização das empresas, o controle da remessa de lucros e as reformas de base. O golpe de 1964 ajustou a ideologia política ao modelo econômico, substituindo, assim, a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista pela doutrina da interdependência, defendida pela escola Superior de Guerra (ESG). Todos os movimentos culturais e educacionais à margem da escolarização regular, como Movimento de Educação Popular, Centros de Cultura Popular e outros, foram liquidados pelo regime. O novo governo central assumiu medidas de interdependência: convênios MEC-Usaid, decretos de repressão, perseguições, prisões e o famoso Decreto 477, especificamente contra o movimento estudantil.

Ney Braga, no entanto, permaneceu no discurso desenvolvimentista, com a participação popular, “dentro da ordem”.

## 6 CONCLUSÃO

A questão educacional é uma das condições de encaminhamento do Estado e da sociedade para que se possa falar em sociedade avançada. A concepção dos conselheiros fica evidente: “Quando um país procura arrancar para o desenvolvimento, a solução de seus problemas educacionais surge como uma daquelas condições preliminares indispensáveis.” (WESTPHALEN. 1966a, p. 5). A equação e a solução dessa problemática estão postas, mediante uma fórmula que encaminha o desenvolvimento do país: os líderes e os técnicos. Estes devem estar conscientes do desafio que lhes cabe cumprir.

Essa posição é respaldada em três encontros educacionais. A Conferência Latino-americana de Educação, realizada em Lima, em 1956, determinou a instrução primária, pública, gratuita e obrigatória. Acentuou o progresso econômico e social, ao estabelecer os planos de estudo para todas as crianças. A professora Westphalen faz transcrever na Critéria (1966, p. 10): “O estabelecimento de planos de estudos e programas de ensino considerados como fatores de progresso econômico e social é de vital importância.”

A Conferência sobre a Educação e Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, efetivada em Santiago, em 1962, considera a educação como “fator decisivo” para o autêntico desenvolvimento global dos povos. A mesma idéia estava presente na Reunião de Punta de Leste, em 1961. Westphalen é seguida pela conselheira Eny Caldeira que, ao escrever sobre a formação dos professores na escola normal e sobre os regimentos das escolas, expressa a mesma idéia (CALDEIRA, 1968, p. 25).

A universalização da educação escolar e uma maior qualificação dos jovens são requisitos sociais do desenvolvimento econômico. Dessa forma, o Plano Nacional da Educação de 1962 e o de 1965, com linguagem diferenciada (havia um Golpe de Estado entre os dois planos), estabelecem metas, cujos objetivos foram relacionados por Westphalen (1966a, p. 1) como “[...] compromissos internacionais do Brasil no campo da educação”, acrescentando indicadores comuns de nosso país com os países da América Latina, como, elevada taxa de natalidade infantil, analfabetismo, população ativa nos campos e renda anual *per capita*.

A “revolução tecnológica” depende da revolução educacional e do “primado da inteligência”; em outros termos, depende do “[...] sábio e de seus colaboradores.” (WESTPHALEN, 1967a, p. 2). A política educacional exigia o ajuste da educação “atrasada” ao momento histórico do desenvolvimento paranaense. No Decreto 10.290/1962, que dispõe sobre o ensino primário do Estado, em seu último considerando, o governador Ney Braga reconhece que a educação está “atrasada” em relação ao grau de desenvolvimento econômico do Estado. Analisando o documento básico às reformas educacionais do regime militar na metade de 1964, Saviani (2007, p. 340), conclui que uma das funções básicas era “[...] formar a mão-de-obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país.” Implícito está que a educação não o está fazendo, caracterizada como “atrasada” pelos conselheiros da educação no Paraná.

A questão dos conselheiros do CEE, durante os governos Ney Braga e Paulo Pimentel recaía no tipo de escola necessária à sociedade. O objetivo governamental era uma boa escola, pressupondo-se, em Ney, que ela produziria uma boa sociedade, uma boa sociedade industrial, um bom desenvolvimento socioeconômico. Para Pimentel, a boa escola é a que prepara os cidadãos para se situarem nos empregos que o desenvolvimento industrial já está oferecendo.

A partir de sua gênese em 1965, o CEE centrou sua atenção normativa e política na parte carente da prática expansionista, nos compromissos assumidos pelo país nas conferências latino-americanas. Nesse sentido, a escola produz uma boa sociedade, mas esta há que se definir como sociedade industrial. Para que isso ocorra, Milléo e Westphalen caracterizam a prática da expansão escolar, da valorização do magistério e da preparação dos indivíduos para o desenvolvimento socioeconômico. A seu lado, os demais conselheiros entendem o tipo de escola como moderna, contra a escola tradicional, e propõe o que se denominou o retrato da “Sociedade dos Poetas Mortos” ou como escreve a conselheira Sartori: o objetivo da escola é a libertação interior do indivíduo para suas capacidades e seus talentos para promover o progresso do país e a sua ascensão social, mediante a conquista dos melhores empregos.

As conselheiras Westphalen e Pavão operacionalizam o “atraso” da educação escolar diante do desenvolvimento, tanto em termos de preparar o pro-

gresso quanto para ocupar os empregos oferecidos pela indústria desenvolvida, a partir de alguns indicadores: a ausência de professores qualificados; a criação indiscriminada de novas faculdades, sem critérios mínimos de um ensino qualificado; o exame de suficiência tornou-se verdadeiro fabricante de professores do ensino médio; a baixa remuneração dos professores. O conjunto acarreta problemas enormes para o desenvolvimento socioeconômico e o progresso da sociedade.

À época, a boa escola, adequada ao desenvolvimento, que prepara os jovens aos empregos modernos da indústria, ainda não é criticada como sendo reprodutora do modo de produção capitalista, a que se deveria contrapor uma escola dos oprimidos.

Posteriormente ao período estudado, com o governo militar ocorreu a sociedade industrial. A evolução da dívida externa, que era de 3,8 bilhões de dólares em 1964 subiu para quase trezentos bilhões de dólares ao final do governo militar. Qual foi a razão? Para a conselheira Westphalen (1967a, p. 2): a implantação da sociedade industrial depende da educação, ou, o desenvolvimento não está fundado “na terra e no ouro”, mas “no primado da inteligência”, no saber e no *known-how*.

Assim, as metas do desenvolvimento do Paraná estariam voltadas à educação escolar, esta entendida como “aplicação produtiva de capital, portanto, investimento.” Dessa forma, não há “[...] sociedade evoluída de tipo nacional, sem que sejam alcançadas tais metas.” (WESTPHALEN, 1966a, p. 17).

A posição das duas conselheiras é de combate contra o conteúdo ideológico, caracterizado como a educação praticada por políticos não-desenvolvimentistas, pelo tradicionalismo social e educacional, pelos professores não-qualificados, pelo exame de suficiência, pela baixa remuneração do magistério e a criação indiscriminada de faculdades, sem critérios de um ensino qualificado. A reformulação do conteúdo ideológico começa com o que os conselheiros constatam, registram e apontam: a inovação de caráter político em busca da hegemonia da sociedade industrial, da ideologia desenvolvimentista. O novo caminho é o do desenvolvimentismo e da crença na educação como meio de redenção moral e econômica. O tipo de escola – a boa escola – fornece os instrumentos da instauração da boa sociedade, esta definida como a sociedade industrial, pelas conselheiras.

É preciso, no entanto, que a transformação socioeconômica só pode ocorrer a partir da condição de agentes sociais, em colaboração com outras entidades progressistas que atuam nessa transformação. A educação não é autônoma para transformar de modo direto e imediato; ela somente transforma de modo indireto e mediato, agindo sobre os sujeitos da prática (SAVIANI, 2008, p. 58).

### ***The educational basis of Criteria Magazine – 1964 to 1968***

#### *Abstract*

*This study analyzes the texts elaborated for the council members of the State Advice of Education (Conselho Estadual de Educação - CEE), in 1965, date of creation of the CEE, published in the Criteria magazine, numbers 3 to 8, from 1964 to 1968. The articles of the council members evidenced the weak education in Paraná state, searched the cause of the low learning, examined regiments and statutes of the educational establishments, publics and privates, and elaborated sources to education, theoretical texts about education and experience reports. The investigation object is the six volumes of the magazine that complete twelve articles. As methodology it was used the thematic analysis of the texts. The subjects that had been analyzed are those strictly connected to education and the ones that had integrated the education at the board of social-economical development and at the vision of education as investment. The council members transcribed the delay of the school education faced to the industrial progress, as much in terms to prepare this development, as for the future occupation of the employments offered by the industry, from some data: the absence of qualified teachers; the indiscriminate creation of new colleges, with no minimum criteria for qualified education; the sufficiency examination, a real maker of basic education teachers; the teaching low remuneration. The articles of the Criteria reflect the educational scope in Paraná, the educational reforms and the government intervention in the weak educational performance, evidenced by quantitative researches. The central idea refers to good school, arranged to a good industrial society, that plays the role of creation of the social wealth and the preparation to the modern employments of the industry. Keywords: Public politics. Organization of the pedagogical work. State Advice of Education of Paraná. Education and Development.*

## Notas explicativas

- <sup>1</sup> Maria Cristina Colnaghi descreve o Processo Político de Ocupação do Sudoeste no livro “Cenários de Economia Política. Paraná”, organizado por Francisco Paz. Ed. Prephácio, 1991.
- <sup>2</sup> Entre os isebianos encontram-se Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Néelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto e outros intelectuais.

## REFERÊNCIAS

ARNS, Osvaldo. A Disciplina. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 6, p. 2-9, jul./dez. 1967.

\_\_\_\_\_. Atividades Escolares Especiais. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 7, p. 13-20, jan./jun. 1968.

BRAGA. Ney. **Gazeta do Povo**, 3 de janeiro, 1965.

BRASIL. MEC. **Lei 4040/61**. Brasília, DF, 1961.

CALDEIRA, Eny. Da filosofia e validação dos objetivos educacionais nos regimentos das escolas de nível médio. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 8, p. 20-21, jul./dez. 1968.

ECHEVARRIA, José Medina. Funções da Educação no Desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz (Org.). **Desenvolvimento, Trabalho e Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., p. 17-29, 1974.

\_\_\_\_\_. Unesco: **Boletín Trimestral**, n. 14, abr./jun. 1962.

MACHADO, Lia Zanotta. **Estado, Escola e Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENDES, Véspero. Considerações sobre o aspecto administrativo da elaboração de regimentos de estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 7, p. 1-11, jan./jun. 1968.

MOELLER, Alda Aracy. Avaliação do Rendimento Escolar. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 8, p. 13-19, jul./dez. 1968.

PARANÁ (Estado). SEC. **Programa de Educação**. Curitiba, 1967.

PAVÃO, Zélia Milléo. Estatística, Planejamento e Política Educacional. In: PARANA (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 4, jul./dez. 1966.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_. **História das Idéias Pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Compromissos internacionais do Brasil no campo da educação. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 3, jan./jun. 1966a.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Fundação Educacional do Estado do Paraná – Fundepar. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 4, jul./dez. 1966b.

\_\_\_\_\_. Valorização Profissional do Magistério. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 5, jan./jun. 1967a.

\_\_\_\_\_. O Professor no regimento da escola média. In: PARANÁ (Estado). **Criteria**, Curitiba: CEE, n. 6, jul./dez. 1967b.

\_\_\_\_\_. Entrevistador: Sandino Hoff. **Revista On-line Contestado e Educação**, v. 13, jul./dez. 2005.

Recebido em 29 de julho de 2008

Aceito em 28 de outubro de 2008